

Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública¹

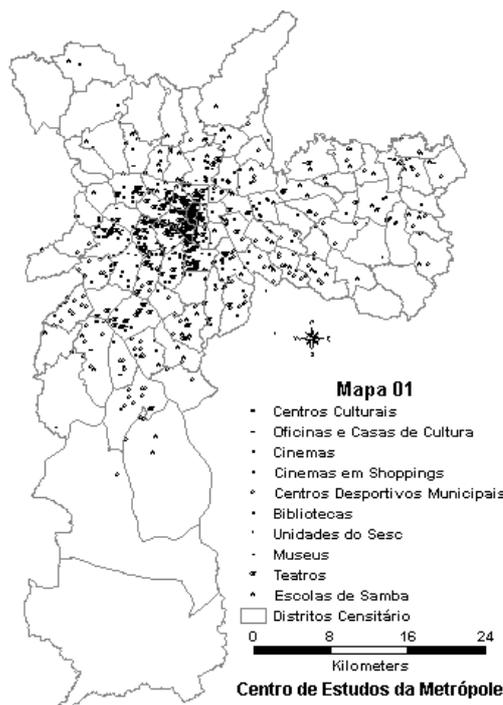
Isaura Botelho²

A se considerar a cidade de São Paulo do ponto de vista da distribuição de equipamentos públicos e privados de cultura, poderíamos dizer que o quadro que se apresenta não é surpreendente. O que se revela é uma cidade desequilibrada onde há uma baixa correspondência entre crescimento urbano e a distribuição dos equipamentos culturais (ver mapa 1). A tal desequilíbrio na distribuição pelo espaço da cidade, devem-se acrescentar outras formas de geração de diferenças no uso destes equipamentos, pois há outros fatores decisivos na definição do seu uso por parte da população, vizinha ou não, de algum teatro, museu, cinema ou centro cultural. Ou seja, a análise da sua distribuição espacial é apenas um dos lados da questão. Seria necessário complementar essas informações com pesquisas que nos forneçam dados sobre a efetiva utilização desses equipamentos, bem como sobre a maneira pela qual a população em seu conjunto emprega seu tempo cotidiano. Estando, portanto, os mapas à disposição, seriam úteis, na avaliação da eficácia do sistema, as pesquisas sobre orçamento familiar e emprego de tempo, sobre padrões de consumo.³ Estas são pesquisas que, trazendo dados mais amplos, podem demonstrar, por exemplo, que a vida cultural da população não é feita pelas práticas legitimadas, aquelas com as quais se preocupam os gestores culturais que administram os equipamentos da cidade, práticas ditas de elite (teatro, museus, bibliotecas, por exemplo), mas sim pelo recurso a equipamentos e produtos da indústria cultural, sobretudo eletrônicos.

¹ Espaço e Debates – Revista de Estudos regionais e urbanos. Nº 43/44.

² Agradeço a Maria Aparecida Oliveira, Júlia Andrade e Fernando Pacheco que conceberam todos os mapas e contribuíram com suas respectivas leituras desse artigo.

³ DONNAT, Olivier. Les dépenses culturelles des ménages. Paris : DEP/ La Documentation Française, 1989.



Se a preocupação dos poderes públicos   com ações que visam à democratização da cultura, o leque de variáveis a considerar inclui, de forma decisiva, esta questão dos meios de comunicação eletrônicos. Não basta dar atenção às instituições tradicionais de cultura, pois estas não formam um sistema fechado, sendo sua clientela composta por uma população que, em maior ou menor grau, se relaciona com a televisão e o rádio.⁴ Em verdade, observa-se que, salvo o caso de uma pequena minoria, para a maior parte das pessoas a vida cultural se insere no tempo livre hoje empregado em usos diversificados, mas sempre limitados por certas condições de acesso. Trata-se de um segmento do cotidiano que, em termos de custos, se localiza na rubrica "lazer", cujo perfil depende do poder aquisitivo, em grande parte, mas não exclusivamente.

Por algum tempo, acreditou-se que o essencial era construir centros de cultura ou incentivar a frequência a museus ou teatros, desenvolver políticas de facilitação de acesso à cultura que trariam, quase que automaticamente, uma resposta positiva da população antes excluída deste terreno. A experiência mostrou que isto não bastava, e que uma mudança fundamental de paradigma era necessária: não se trata mais de se falar em democratização cultural, que foi o objetivo central da maioria das políticas culturais pelo mundo afora. Trata-se sim, de aceitar a diversidade de padrões de cultura e, considerado o conjunto do que é produzido e colocado   disposição, observar de

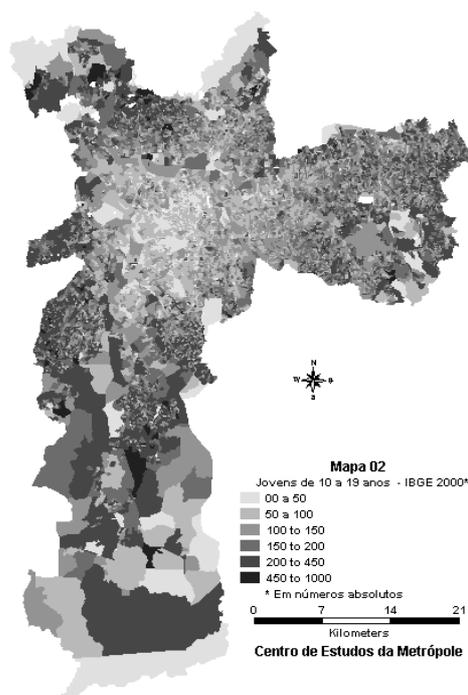
forma mais efetiva a existência de vários públicos. Ou seja, não existe o público, no singular, e um padrão de resposta a qualquer mudança que se promova na oferta. O que há é um conjunto de públicos diferentes, com respostas diferentes conforme localização espacial, faixa etária, condição de classe, história familiar, bagagem cultural. Esta diversidade de públicos é correlata a uma pluralidade de padrões de cultura que evidencia distintas possibilidades de escolha, as quais devem ser levadas em conta para que políticas de democratização da cultura deixem de se apoiar em premissas duvidosas, quase sempre não explicitadas, tais como “só a cultura erudita, valor sacralizado, merece ser difundida”, ou “basta que haja o encontro entre a obra e o público (indiferenciado) para que haja desenvolvimento cultural”.⁵

Posto isto, comentarei, em primeiro lugar, a configuração dos mapas apresentados aqui, para depois fazer observações referidas ao conjunto destas questões acima levantadas. Sua menção, de passagem, nesta abertura, procurou apenas antecipar o quadro maior de desafios que uma política cultural voltada para a democratização deve enfrentar, para além do investimento em equipamentos que facilitem o acesso à cultura no âmbito de uma metrópole. Minhas considerações vão se concentrar no tema da localização dos equipamentos ditos clássicos (bibliotecas, museus, centros culturais, teatros etc.) que são aqueles mais óbvios do ponto de vista do poder público e que são também aqueles mais identificados com uma cultura de elite, conforme observado. Tal identificação, entretanto, não é aqui vista como um estigma, como às vezes acontece em visões populistas da questão. O lembrete acima não impede que sejam equipamentos assumidos como de indiscutível importância para toda a sociedade, dentro de um processo como direcionado a uma democratização necessária. Por ora, o poder público se mostra incapaz na resposta às demandas potenciais por esse tipo de equipamento em certas zonas da cidade. Salta aos olhos o fato de que a maior concentração de crianças e jovens entre 10 e 19 anos forma quase um cinturão em torno do município, em regiões praticamente desprovidas de equipamentos culturais, o que é

⁴ A Pesquisa de Condição de Vida realizada pela Fundação Seade em 1998 aponta que, na Região Metropolitana de SP 93,5% de domicílios possuíam TV a cores e 10,1% possuíam TV preto e branco. Quanto ao rádio, 78,3% o possuíam e aparelhos de som 76,2%.

⁵ As pesquisas francesas realizadas periodicamente desde 1973 (de sete em sete anos) pelo Département des études et de la prospective do Ministério da Cultura francês deixam clara a diversificação de públicos e os esquemas de substituição de práticas por parte da população. Ver DONNAT, Olivier. *Les pratiques culturelles des Français*. Enquête 1997. Paris : DEP/ La Documentation Française, 1998 ; GIRARD, Augustin. *Développement culturel : expériences et politiques*. Paris : UNESCO, 1972. Neste último pode-se verificar que toda a terminologia criada e divulgada amplamente pela UNESCO nos anos 70, tem suas origens na Comissão Francesa da UNESCO, onde o próprio Girard teve um importante papel de liderança. Também as pesquisas americanas apontam para os mesmos resultados. Da mesma forma as experiências de gestão, embora não tenhamos estudos sistemáticos sobre o tema no Brasil, nos permitem concordar com os resultados das pesquisas internacionais.

um grave problema que ultrapassa o plano da cultura (ver mapa 2).⁶ Observado o fato de que os deslocamentos físicos se tornam, cada dia mais difíceis, pode-se dizer que a mobilidade territorial e o uso de equipamentos culturais se convertem, cada vez mais, em direito e privilégio das classes com maior poder aquisitivo.⁷

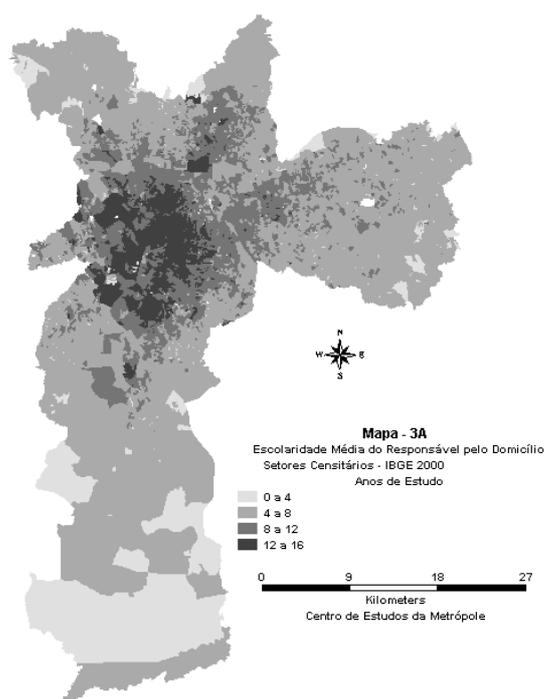


Como resultado de uma formação histórica que não cabe aqui comentar, não surpreende que tais equipamentos se concentrem nas regiões mais centrais. De um lado, acompanharam o desenvolvimento da cidade; de outro, foram construídos em função de demandas dos setores já mais habituados ao consumo de cultura, que são, geralmente os de maior escolaridade e renda (ver mapa 3A e 3).⁸

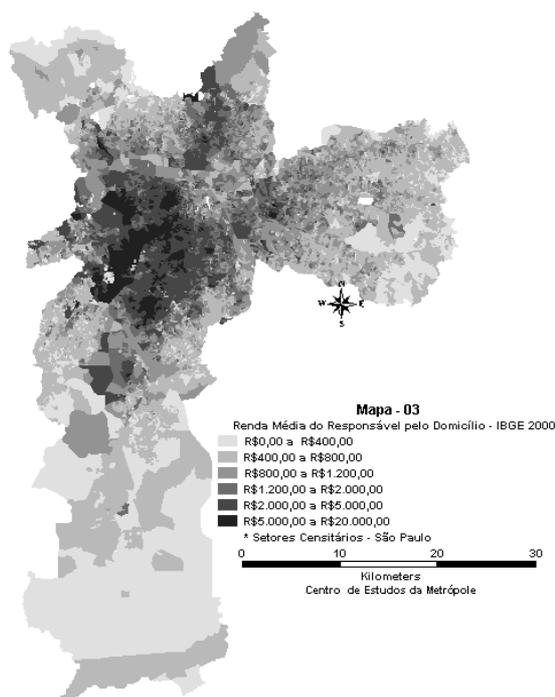
⁶ Usamos esse intervalo de 10 a 19 anos em função de alguns equipamentos, como as bibliotecas infanto-juvenis.

⁷ Os mapas 2, 3A e 3 utilizam como critério os setores censitários. O setor censitário é a unidade territorial criada para fins de controle cadastral da coleta. Para o censo 2000, o Território Nacional foi dividido em 215 811 áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta. IBGE (2000)

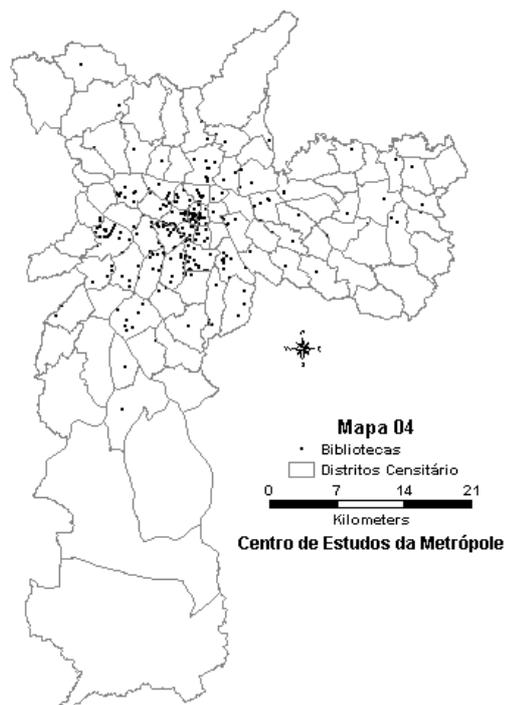
⁸ Esse é uma tendência verificada em todas as pesquisas. DONNAT, Olivier. *Les pratiques culturelles des Français*. Enquête 1997. Paris : DEP/ La Documentation Française, 1998 ; *Survey of public participation in the Arts*. Washington : National Endowment for the Arts, 1998 ; CANCLINI, Néstor García. « El consumo cultural en México » (xerox, 1993), dentre outras.



Na atual distribuição, são as zonas mais bem servidas em matéria de transporte público, inclusive as bem atendidas pelas linhas do metrô, que concentram a maioria dos equipamentos: centro e região oeste. Verifica-se que a instalação de equipamentos privados mais antigos também acompanhou a existência de equipamentos públicos, o que deve se explicar pela população que habita e/ou freqüenta estas regiões. Temos então, nessas regiões que apresentam os mais altos índices de escolaridade e renda dos chefes de família, a maior concentração de museus, teatros, bibliotecas e cinemas (ver mapas 1, 3A e 3).



Conforme o tipo de uso e a natureza do equipamento, este quadro geral pode mudar. É o caso, por exemplo, das bibliotecas municipais que constituem a infra-estrutura mais bem distribuída pela cidade (ver mapa 4). Sendo 67, no total, encontram-se presentes em todas as regiões do município. Dentre elas, as bibliotecas infanto-juvenis são aquelas que atingem os pontos mais extremos da cidade. Pertencentes à esfera municipal, a maioria das bibliotecas têm ações que ultrapassam suas obrigações tradicionais, mantendo projetos para públicos específicos, tais como os de estímulo à leitura, voltado para crianças, assim como projetos para a terceira idade. Desenvolvem, ao mesmo tempo, uma gama de atividades ligadas às artes (dança, música, teatro, por exemplo). Algumas têm um núcleo Braille, outras mantêm pequenos museus ligados à história do bairro. Uma delas mantêm sessões semanais de cinema, numa região em que não há nenhuma sala cinematográfica comercial. Ou seja, percebe-se um esforço de se responder a demandas mais amplas do que simplesmente colocar livros à disposição de consulentes, funcionando, em alguns casos, como pequenos centros culturais. No conjunto, as bibliotecas municipais são em número insuficiente para as necessidades potenciais da população, mas sua distribuição indica uma preocupação de atendimento generalizado, pois cobrem as principais regiões da cidade.



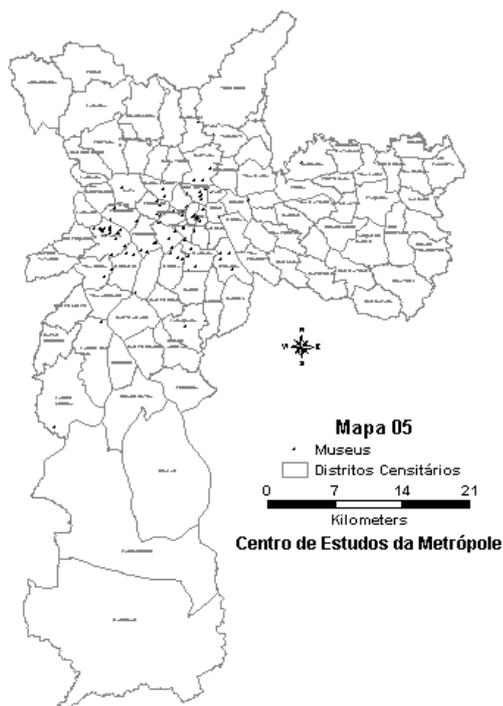
Um aspecto importante a ser considerado é o fato de que hoje estas bibliotecas estão todas informatizadas, com a possibilidade, inclusive, de consulta *on-line* de seus acervos. Todas elas oferecem acesso gratuito à internet a seus freqüentadores. Em se tratando de uma cidade com dificuldades de deslocamento como São Paulo, esse investimento em informatização desempenha um papel considerável, suprimindo falhas na distribuição espacial. Ao lado dessa rede, a existência do serviço de quatro ônibus-biblioteca, com um acervo de 3,5 mil volumes (infanto-juvenis, adultos e paradidáticos), busca atender as carências dos bairros das zonas leste e sul que não contam com os equipamentos fixos.⁹

Complementando a rede municipal, temos uma quantidade razoável de bibliotecas pertencentes a instituições públicas e privadas (mas com acesso público) e as bibliotecas das universidades, tanto públicas como privadas. Estas acompanham a tendência geral da cidade de concentração nas regiões mais centrais.

Quanto aos museus mais importantes, a mesma tendência do centro para o oeste se verifica, principalmente no que se refere aos de arte (ver mapa 5). No entanto, há uma relativa distribuição desses equipamentos em direção às regiões mais centrais das zonas

⁹ Para saber mais sobre experiências internacionais ver PIERRE, Jocelyn ; GUILLOUX, Virginie. Les usages du multimédia interactif dans les lieux culturels. Bibliographie et synthèse documentaire. Paris : DEP, 1998. POUTS-LAJUS, Serge et alii. Observation et analyse d'usages des réseaux dans des centres d'accès publics en France, en Espagne et au Portugal. Paris : MCC, 1998. ROUET, François. La grande mutation des bibliothèques municipales. Paris : DEP, 1998.

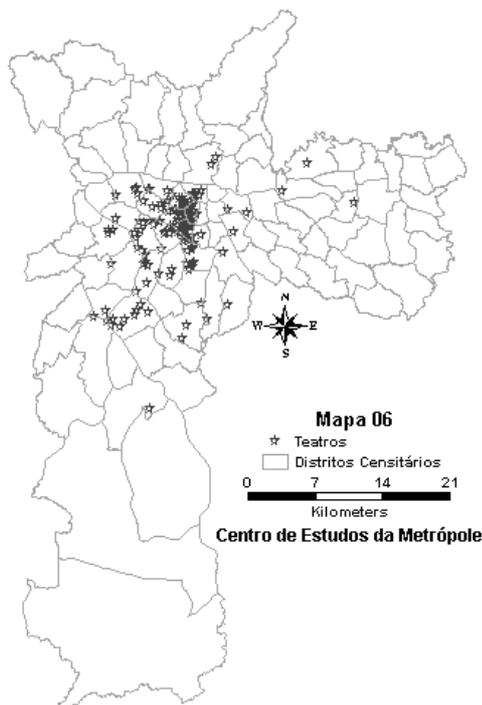
norte, leste e sul. Mais descentralizadas são as Casas Históricas e alguns monumentos tombados. A política de tombamento de bens culturais no município de São Paulo tem sido extremamente irregular, sofrendo os reveses das últimas gestões municipais: não se pode esquecer que esses bens estão diretamente relacionados às políticas de intervenção urbana e ao mercado imobiliário. Desta forma, o tombamento incide diretamente na valorização e/ou desvalorização do espaço.¹⁰



Os teatros e salas de concerto tiveram, recentemente, um investimento significativo: graças às leis de benefício fiscal, vimos a criação de salas luxuosas ligadas a empreendimentos financeiros, como bancos, agências de crédito. Esses investimentos foram orientados para os setores mais ricos da população. A prefeitura mantém, além do Teatro Municipal, sete teatros distritais (relativamente descentralizados). Já o estado mantém, além de seu cartão de visitas, que é a Sala de Concertos São Paulo, mais dois teatros: o São Pedro e o Sérgio Cardoso. Todas as demais salas são vinculadas a outras instituições públicas ou são teatros e salas de concerto privadas, principalmente concentradas nas regiões mais centrais e ricas (ver mapa 6).¹¹

¹⁰ Para maiores detalhes sobre o desmonte (nas gestões Maluf/Pitta) do órgão municipal responsável pelo patrimônio, o Conpresp, ver "Patrimônio Cultural e Território Urbano" de Cíntia Nigro (in: *Boletim Paulista de Geografia*. SP: AGB, 2001, no. 78).

¹¹ As leis de benefício fiscal, principalmente a federal (Lei Rouanet) não estabelecem mecanismos de controle posterior com relação ao caráter desses equipamentos construídos com recursos advindos de renúncia fiscal. Além disso, esses equipamentos pertencem às empresas que os construíram.



Quanto às Casas de Cultura (município) e às Oficinas Culturais (estado), estruturas que têm, por sua natureza um papel formador nas diversas manifestações artísticas, chama a atenção o fato de estarem muito aquém da demanda potencial da população. De qualquer forma, são equipamentos localizados em regiões mais periféricas (ver mapa 7). Essa carência é complementada pela existência de poucos centros culturais de grande porte: no caso, o município conta apenas com o Centro Cultural São Paulo (que tem uma freqüência expressiva de jovens e de moradores da região metropolitana, apesar de se localizar numa região central).¹² Papel extremamente relevante cumprem centros pertencentes a instituições privadas, das quais a rede SESC é a de maior significado. Mantendo treze centros multidisciplinares, na cidade de São Paulo, dedicados à cultura, lazer e prestação de serviços sociais, a rede SESC tem, também ela, uma distribuição que não atende o equilíbrio entre as regiões de São Paulo (ver mapa 8).¹³

¹² O Centro Cultural São Paulo é frequentado por cerca de 615.000 pessoas por ano. Embora nunca tenham realizado pesquisas sobre o perfil de seu público, parcela importante é de moradores da Grande São Paulo (informação fornecida por Carlos Augusto Machado Calil, diretor do referido Centro).

¹³ Sendo uma instituição privada, o SESC é regido por critérios de política interna que não necessariamente coincidem com aqueles de uma política engendrada pelos poderes públicos.

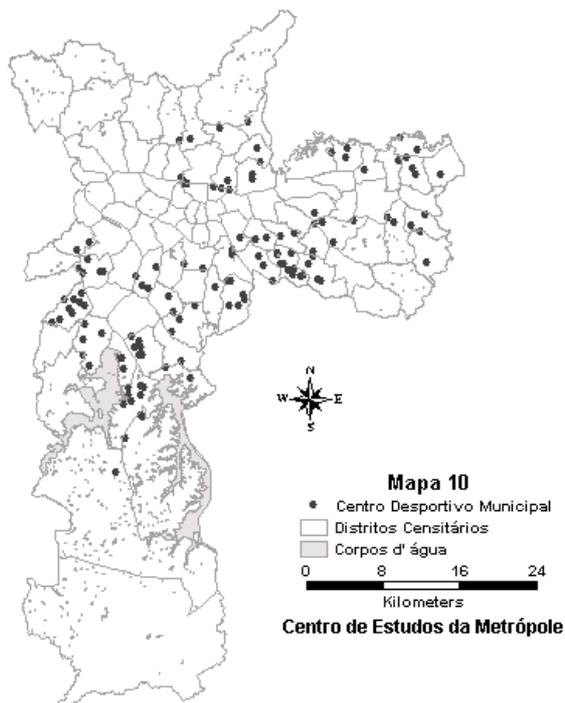


Dos equipamentos mais caracteristicamente privados, os pontos de exibição cinematográfica são os que se distribuem melhor na cidade, em função das múltiplas salas localizadas em *shopping centers*. É, portanto, o comércio que garante, por enquanto, a existência de cinemas em pontos extremos da malha urbana, acompanhando suas características sócio-demográficas. Se eles estão presentes na

extremidade da zona leste, por exemplo, o mesmo não acontece na zona sul. Verifica-se aqui a total ausência do poder público no sentido de corrigir este desequilíbrio, embora isto pudesse viabilizar, inclusive, a distribuição de filmes produzidos com a sua participação. Ou seja, se a evolução econômico-social da cidade criou o problema de acesso, constata-se que o setor tem dificuldades em intervir, deixando nas mãos do mercado a oferta de bens culturais deste tipo (ver mapa 9).



Há ainda um último caso a considerar. A preocupação em rentabilizar os equipamentos já existentes na cidade - e a possibilidade de transformá-los em espaços de utilização múltipla - torna importante considerar a existência e a distribuição dos 136 Centros Desportivos Municipais – CDMs. Estes, ao contrário do que vimos até aqui, estão relativamente bem distribuídos nas regiões mais periféricas. Ainda assim, as razões de sua distribuição exigem um olhar mais atento, na medida em que apresentam uma concentração por vezes inexplicável em uma determinada região, seguida de uma ausência absoluta no bairro ao lado. A gestão desses centros é partilhada com a comunidade, e seu uso efetivo necessita ser mais bem avaliado pelos poderes municipais de modo a garantir uma boa utilização (ver mapa 10).



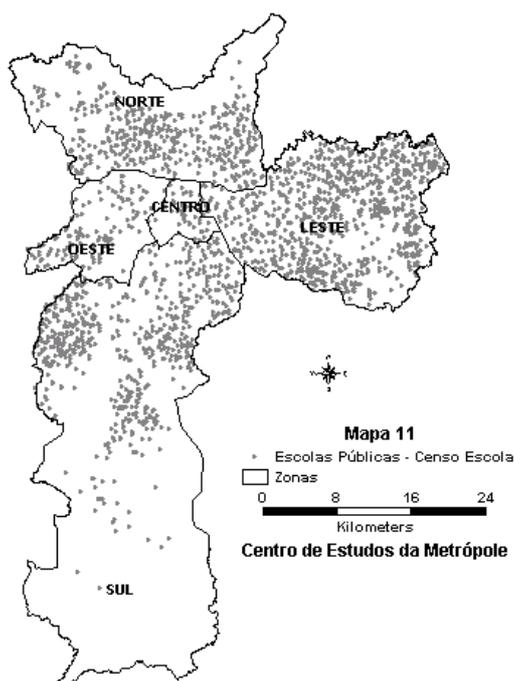
Sem lhes atribuir importância exclusiva no processo, os equipamentos existentes, sejam eles culturais ou mais voltados ao esporte e ao lazer, constituem um conjunto de base que define as condições atuais de uma gestão pública nesta área. São o que são e, sem dúvida, o quadro poderia ser melhor, o que facilitaria as coisas. O que temos nos mapas é uma imagem estática, um raio-X que deve ser interpretado, como observei no início, em conexão com um conhecimento que vem de considerações sobre o movimento próprio da atividade cultural na cidade e sobre as condições que favorecem ou não a resposta dos indivíduos ao que lhes é oferecido. Isto, em última análise, implica estarmos preparados para conduzir pesquisas que descrevam as práticas culturais da população. Neste sentido, qualquer sentimento de mal-estar diante do desequilíbrio notado na descrição feita não deve necessariamente apressar caríssimos investimentos na ampliação da rede existente para corrigir a má distribuição. O essencial é observar que, levados em conta os aspectos aqui lembrados, há outros tipos de ações articuladas que, envolvendo as diversas instâncias do poder público, podem alterar os padrões de resposta a uma potencial demanda da população, mesmo que não haja mudanças dentro do quadro acima exposto. Apenas a proximidade em relação aos equipamentos não diz tudo, pois a facilidade de acesso a um local de oferta não é suficiente para que haja sua utilização: esta pode ser melhorada por investigações sobre os condicionantes do consumo de bens culturais.

As pesquisas internacionais existentes apontam para o fato de que as maiores barreiras à aquisição de hábitos culturais são de ordem simbólica.¹⁴ A primeira lição que se extrai desta evidência é a lei do sistema de gostos: não se pode gostar daquilo que não se conhece; logo, o gostar e o não gostar só podem existir dentro de um universo de competência cultural, significando uma soma da competência institucionalizada pela hierarquia social, pela formação escolar e pelos meios de informação. Neste sentido, todos os estudos internacionais sobre práticas e consumos culturais mostram que é necessário observar a correlação entre acessibilidade a equipamentos (que tem diretamente a ver com os mapas de sua distribuição) e outros fatores, tais como recursos econômicos, escolaridade e a existência de hábitos culturais prévios aliados à educação.¹⁵

Nesse sentido, a observação da rede escolar existente, conforme evidenciado no mapa 11, é um dos aspectos fundamentais para se pensar uma política articulada de melhor utilização de espaços existentes e de ações coordenadas entre educação e cultura. Esses estudos apontam também que o capital cultural é mais decisivo do que a renda familiar, o que indica que as mais decisivas políticas da área cultural devem se articular com as políticas educacionais, principalmente nos graus básicos e médios.

¹⁴ DEP. Les pratiques culturelles des Français - 1989. Paris : La Documentation Française, 1991. Ver também Donnat, Olivier. Les français face à la culture. De l'exclusion à l'éclectisme. Paris: La Découverte, 1994.

¹⁵ Em pesquisas realizadas na cidade do México, por Néstor Garcia Canclini (v.nota 3), por exemplo, os resultados apontam para uma baixa utilização tanto dos bens culturais "clássicos" quanto daqueles disponíveis nos bairros: 53,9% não freqüentam atividades culturais em seus locais de residência, diferentemente do que se poderia pensar. Ou seja, mesmo em âmbito local, o uso de espaços públicos e o aproveitamento de bens simbólicos são práticas minoritárias. Dito de outra forma ainda, tanto as práticas de elite quanto aquelas em nível local têm baixa participação. Ou seja, a dicotomia elite x popular – não pode ser tratada como se fosse uma questão de minoria versus maioria, pois 80% da população não participam de nenhum dos dois circuitos, no caso mexicano. Pesquisas americanas apontam também para os mesmos resultados: mesmo havendo equipamentos de cultura nas proximidades isso não induz automaticamente a freqüência dos mesmos por parte da população vizinha. Mais uma vez, escolaridade e bagagem cultural herdada são os aspectos decisivos.



As escolas públicas têm altíssima densidade e uma boa distribuição no município de São Paulo, o que nos leva de imediato a considerar que o problema não deve ser a falta desses equipamentos, mas sim a deficiência de seu uso para fins culturais. Isto aponta uma questão de gestão e de qualificação de professores. A se pensar o que representa em termos de edificação, este é um patrimônio bastante expressivo que pode e deve ter uma utilização mais aberta como, por exemplo, a abertura nos fins-de-semana para uso da comunidade (o que já vem sendo feito em alguns casos, tanto nas municipais, quanto nas estaduais).¹⁶

Ao mesmo tempo, pensando em termos estritos da educação formal, deve-se promover a volta do ensino de artes na escola. Isto significa dizer que, do ponto de vista da gestão cultural, há que se considerar dois aspectos: em primeiro lugar pode-se fazer esse investimento no sócio-cultural simplesmente colocando esses espaços à disposição da comunidade para o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer. Em segundo lugar, trata-se de um investimento em médio e longo prazos que visa à melhoria da formação do alunato, onde as artes e a cultura cumprem um papel de ampliação de universo expressivo e de conhecimento de outras linguagens. Este segundo aspecto envolve medidas de caráter legal (inclusão de disciplinas na grade curricular), de formação (preparação do professorado) e de equipamento específico para o desenvolvimento dessas disciplinas. Pesquisas diversas – no caso cito uma americana – mostram que a melhor política de formação de público para as artes/cultura é a

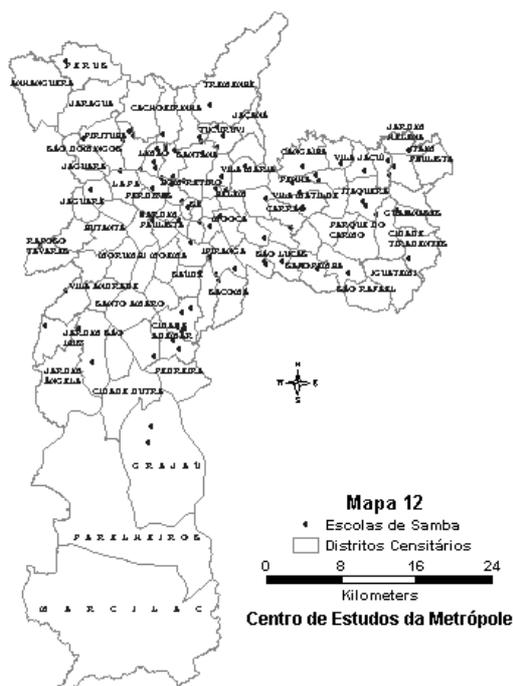
possibilidade de se apreciá-las e praticá-las de forma sistemática na escola, principalmente nos níveis médios.¹⁷

Dada a complexidade das ações a empreender, envolvendo vários setores, uma política de democratização do acesso à cultura, para começar a ultrapassar as barreiras impostas pela desigualdade social, tem de ser pensada em longo prazo. Ou seja, no espaço de, pelo menos, duas ou três gerações, já que a construção de um capital cultural requer tempo. Como as pesquisas demonstram, afora as ações do poder público no sentido de incentivar a sua aquisição, toda resposta depende da bagagem cultural herdada dos pais e da relação de cada indivíduo com a escola. Insistindo, nenhuma política de democratização do acesso à cultura poderá produzir resultados sensíveis se for considerada isoladamente: as pesquisas demonstram o quanto o sistema escolar, embora não sendo o único determinante, é a ferramenta mais acessível de construção e de alimentação desse capital. Daí a importância de políticas articuladas de educação e de cultura, tanto em nível horizontal (articulação dos setores da administração municipal), como vertical (articulação do município com as instâncias estaduais).

A par dos equipamentos públicos e privados existentes, uma administração que se queira eficiente tem de considerar a parceria com associações e entidades de natureza diversa que desenvolvem atividades culturais. Nesse sentido, é interessante observar, por exemplo, a distribuição das escolas de samba presentes em todas as regiões da cidade (ver mapa 12). No Rio de Janeiro, por exemplo, elas cumprem um importante papel de formação e de recreação de jovens das comunidades onde estão inseridas. Diversas Organizações Não Governamentais – ONGs – desenvolvem atividades culturais, muitas vezes em parceria com os governos municipal e estadual, mas sem integrar uma rede. Esta articulação seria fundamental para o planejamento de políticas desenvolvidas por esses poderes públicos abandonando o voluntarismo de algumas ações de efeito mais midiático do que de atuação eficaz face ao problema em pauta.

¹⁶ Tenho pouca informação sobre o resultado dessas ações. Na verdade, simplesmente « abrir para a comunidade » pouco significa se isso não estiver articulado com ações estimuladas e dirigidas por profissionais competentes, dentro de uma política articulada pelos órgãos públicos responsáveis.

¹⁷ OREND, Richard J. Socialization and participation in the arts. NJ : Princeton University Press/NEA, 1988.



Um outro aspecto da atividade cultural que tem relativizado a importância dos equipamentos públicos e sua distribuição é o avanço tecnológico. As pesquisas internacionais apontam para um movimento mundial no sentido do aumento do consumo cultural em domicílio, movimento este relacionado diretamente à diminuição de preços de equipamentos eletrônicos e às dificuldades e ameaças do viver em grandes conglomerados urbanos. Ou seja, há uma diminuição expressiva da frequência a equipamentos públicos que são substituídos pelos equipamentos privados. De certa maneira, pode-se relacionar o anárquico crescimento urbano com o desenvolvimento das culturas eletrônicas, onde a irracionalidade da urbanização é compensada pela alta eficácia das redes tecnológicas. Sabemos que o desequilíbrio urbano exige uma reinvenção de laços sociais e culturais e, nesse sentido, o papel que as redes de telecomunicações cumprem com relação ao preenchimento do tempo livre da população é absolutamente expressivo. Nesse sentido, o consumo televisivo compensa a desarticulação da cidade e sua gradual descentralização, fazendo com que seja impossível se tratar da questão dos consumos culturais sem considerar os esquemas de substituição que são feitos pela população. Neste caso, a televisão é o principal meio encontrado para se compensar a falta de equipamentos culturais descentralizados e equilibradamente distribuídos pela cidade, principalmente se considerarmos que ela não exige códigos culturais elaborados.

Discutir a natureza e o nível da programação de TV é outra dimensão do problema que não cabe trazer para este balanço. O fato é que se tem constatado uma regra básica na organização dos comportamentos: a vida urbana se reduz ao mínimo

possível e se liga fundamentalmente às obrigações de trabalho. Enquanto para o tempo livre – descanso, recreação e consumo cultural – se prefere a intimidade doméstica, os encontros familiares e as formas seletivas de sociabilidade. Ou seja, cada vez mais o tempo livre está ligado ao espaço doméstico, e o uso da cidade está relacionado ao tempo do trabalho. Num sentido estrito de distribuição quantitativa, as redes eletrônicas representam novos estilos de “democracia cultural”, pois todas as classes participam das culturas da imagem. No entanto, cada setor se diferencia dos demais pela qualidade e pela quantidade de seus equipamentos privados e por suas possibilidades de acesso real aos bens materiais e simbólicos. Todas as pesquisas existentes apontam para o fato de que quanto maior a renda do indivíduo sua relação com a cultura da imagem é mais distanciada.

Estamos aqui no terreno da diversificação dos meios de acesso aos bens e serviços culturais, fenômeno de larga importância nos últimos trinta anos, em que a generalização do equipamento audiovisual a domicílio cumpre um papel fundamental. Como observado, o fato de se trazer para dentro de casa meios de difusão da arte e da cultura, permitiu a emergência de novas formas de apropriação das obras e, conseqüentemente, abriu novos caminhos de acesso ao conhecimento. Além disso, outros movimentos participaram também para esta escalada de diversificação, como a progressão das práticas culturais ligadas à informação. Desta forma, tornou-se mais fácil, graças à forte mediatização que beneficia uma parte da vida cultural (festivais, grandes exposições, grandes eventos etc.), ler artigos, consultar CD-ROMs ou acompanhar programas de rádio ou de televisão dedicados aos eventos, sem que se participe deles diretamente. Neste particular, há uma observação mais geral a fazer, pois as pesquisas realizadas internacionalmente confirmam a chamada “lei do acúmulo”, freqüentemente observada no domínio cultural: as mesmas categorias da população e freqüentemente os mesmos indivíduos têm a tendência a acumular as diversas formas de participação na vida cultural. Para ir mais além desta constatação, que vem sendo confirmada nas diversas pesquisas, espera-se que uma análise mais detalhada possa colocar em evidência a complexidade destas relações de complementaridade/ substituição, principalmente entre as atividades ligadas ao audiovisual que acontecem no espaço doméstico e as atividades “concorrentes”, que acontecem no espaço exterior (por exemplo, ver um filme em casa ou ir vê-lo no cinema, escutar um disco ou ir ao concerto, consultar um CD-ROM/Internet ou ir ao museu).

Essa dimensão do processo traz, em seu bojo, uma série de questões para os poderes públicos e suas políticas culturais que, em geral, abordam o acesso à arte e à cultura essencialmente sob o ângulo da freqüência a equipamentos culturais “clássicos”,

como se o confronto direto com as obras fosse o único contato legítimo com a arte e com a cultura. Assim sendo, algumas perguntas continuam sem uma resposta concreta: quais são as relações entre esses novos modos de acesso e as práticas culturais “tradicionais”? Neste caso, por exemplo, qual a relação entre se freqüentar espetáculos de rua e ir ao teatro ou a salas de concerto? Ou ainda, qual a relação entre ter uma prática artística amadora e freqüentar espetáculos profissionais correlatos? O consumo de informações sobre a vida cultural é sempre complemento de outras práticas culturais ou elas podem, em determinados casos, substituí-las ou, ao contrário, se constituírem num novo modo de acesso às obras?

Em adendo às perguntas acima, sempre que se examine a questão dos equipamentos culturais, é preciso levar em conta a existência de outras práticas que sobrevivem ou atuam nos interstícios das estratégias centrais. Há, por exemplo, a presença significativa das práticas amadoras e de outras paixões menos “nobres” (coleções, jogos, atividades manuais de tipo diverso etc.), o desenvolvimento de atividades que acontecem no espaço exterior aos equipamentos culturais (festivais, visitas a bairros históricos) são movimentos que demonstram a diversificação dos modos de relacionamento com a arte e com cultura.

As perguntas e observações feitas no eixo desta diversificação mostram a necessidade de uma reflexão mais atenta sobre o entrelaçamento entre a cultura e o lazer, ou seja, sobre a relação de concorrência entre as várias formas de uso do tempo livre. A heterogeneidade das práticas culturais (expectativas e demandas da sociedade e também seus gostos e costumes) exige que se vá além da análise das políticas de produção e de distribuição da oferta de bens simbólicos. Chega-se aqui à questão da necessidade de pesquisas voltadas para os atos cotidianos dos habitantes da cidade. Estas são extremamente úteis, uma vez que, mesmo sendo um registro de tendências gerais de comportamento, por meio delas já se pode comprovar a existência de determinadas regularidades que se revestem de interesse sociológico. E podem ser complementadas por uma exploração etnográfica do cotidiano que possibilite a reconstrução dos itinerários dispersos, embora perseverantes e significativos, dos habitantes da cidade. São formas de evidenciar aquelas práticas que soem passar inadvertidas: as travessias pelos espaços urbanos, ir ao trabalho por meio de transporte coletivo ou individual, as interações micro-grupais ao fazer compras, as conversas telefônicas para transmitir ou receber informações, a observação diária da paisagem urbana e da publicidade, as formas e estilos do viver numa cidade que se transforma de maneira acelerada. A difícil apreensão desses movimentos por meio de pesquisas quantitativas não significa que eles sejam pouco eficazes. Pelo contrário, sobre eles se

erigem silenciosamente as rotinas que dão sentido à existência produtiva da cidade, assim como a sua sobrevivência cultural e simbólica. Práticas ocasionais não podem ser excluídas no momento de desenhar um mapa qualitativo da vida cultural e das práticas simbólicas da comunidade.

Sem prejuízo de iniciativas no plano da edificação de espaços onde se ofereçam atividades culturais, meu objetivo aqui foi acentuar as questões que cercam esta dimensão de infra-estrutura. Ou seja, o elenco de variáveis que permite entender as condições de seu uso, de modo a apontar possibilidades de articulação de políticas públicas capazes de suprir a ausência de investimentos na construção de novos equipamentos. Os dados da desigualdade e da exclusão se expressam na configuração dos mapas. Neste sentido, eles não podem ser minimizados em sua importância. No entanto, para que sejam bem usados na formulação de políticas públicas, e não se transformem na única dimensão a considerar, é preciso contemplar os outros aspectos da questão aqui apontados, produzindo estudos e pesquisas que esclareçam o que faz a população se mobilizar para o uso dos equipamentos oferecidos.